

**ATA N.º 1/2020**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**27/02/2020**

***“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações do órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr<sup>a</sup>. Eng.<sup>a</sup> Regina Maria Duarte Serrano, 2.º Secretário, com a seguinte Ordem do Dia: -----

----- **PONTO UM – Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **PONTO DOIS – Aprovação da 1ª revisão orçamental das GP's – Ano 2020, nos termos preconizados da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.**-----

----- **PONTO TRÊS – 4ª. Alteração ao Regulamento de organização dos Serviços Municipais do Município de Mira e 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020- D.I. nº 305/2009 de 23 de outubro na atual redação.**-----

----- **PONTO QUATRO– Apreciação e votação, nos termos do art.º 25.º, do Anexo I, da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do Projeto de Regulamento do Código de Conduta.**-----

----- **PONTO CINCO– Aprovação nos termos da alínea k), do n.º, art.º 25.º, do Anexo I, da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação das competências dos Municípios enquanto autoridades de transportes, a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM- RC).**-----

----- **PONTO SEIS– Emissão da Declaração de Interesse Público Municipal, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art.º 23.º, e alínea k, do n.º 2, do art.º, do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atividade desenvolvida e projeto de requalificação dos balneários pela Comissão de**

**Melhoramentos da Praia de Mira – Grupo Desportivo da Praia de Mira Touring 1970. -----**

**----- PONTO SETE– Emissão da Declaração de Interesse Público Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artº. 23º., e alínea k, do nº. 2, do art.º., do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atividade desenvolvida e projeto de remodelação das infraestruturas desportivas pela Federação Portuguesa de Columbofilia. -----**

**----- PONTO OITO– Emissão da Declaração de Interesse Público Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artº. 23º., e alínea k, do nº. 2, do art.º., do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atividade desenvolvida e projeto de remodelação das infraestruturas desportivas pelo Clube Domus Nostra. -----**

**----- PONTO NOVE– Emissão da Declaração de Interesse Público Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artº. 23º., e alínea k, do nº. 2, do art.º., do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atividade desenvolvida e projeto de remodelação das infraestruturas desportivas pela Associação Cultural e Recreativa do Seixo de Mira.-----**

**----- PONTO DEZ– Tomada de conhecimento, nos termos da alínea c, do n.º 2, do art.º 15.º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, das Declarações de Compromissos Plurianuais, pagamentos em atraso e Recebimentos em atraso – ano de 2019.-----**

**----- PONTO ONZE– Minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Mira e a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P, com vista à realização de obras de remodelação do Centro de Saúde de Mira – Tomada de conhecimento.-----**

**----- PONTO DOZE– Cemitério de Mira – Proposta de Ampliação – Grupo Trabalho – Tomada de conhecimento.-----**

**----- PONTO TREZE– Minuta de acordo de gestão a celebrar entre o Município de Mira e Infraestruturas de Portugal, S.A., com vista à execução**

**de rotunda ao km 1+430 da EN234, na freguesia e concelho de Mira – Tomada de conhecimento.**-----

**----- PONTO CATORZE– Minuta de acordo de gestão a celebrar entre os Municípios de Mira e Infraestruturas de Portugal, S.A., com vista à integração paisagística da Rotunda na EN234 ao km 1+430, na freguesia e concelho de Mira – Tomada de conhecimento.**-----

**----- PONTO QUINZE– Minuta de acordo de gestão a celebrar entre os Municípios de Mira e Infraestruturas de Portugal, S.A., com vista à iluminação pública na Rotunda na EN234 ao km 1+430, na freguesia e concelho de Mira – Tomada de conhecimento.**-----

**----- PONTO DEZASSEIS– Participação dos Municípios nos impostos do Estado em 2020 – Retenções ao processamento dos duodécimos de 2020, no âmbito do D.I. nº 57/2019, de 30 de abril – Tomada de conhecimento. ---**

**----- PRESENÇA DO EXECUTIVO -----**

----- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e os Vereadores Sr. Nelson Teixeira Maltez, Dr. Fernando José Domingues Madeira, Dr.<sup>a</sup> Dulce Helena Ramos Cainé e a Dra. Madalena Santos. -----

**----- PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

----- Estiveram presentes nesta Assembleia os Senhores: Dr. Mário Maduro, Prof. Nelson Cadete, a Eng<sup>a</sup> Regina Maria Duarte Serrano, Paulo Jorge dos Santos Grego, Pedro Nunes, Edite Domingues Custódio, Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Mário de Jesus Manata, João Pedro Ventura Lopes Almeida, Zélia Domingues Morais, Américo Manuel Miranda Páscoa, Manuel Ferreira Inocência, Telma Milene Magueta Salvador, João Luís S. Marques de Pinho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Carlos Manuel D. Veríssimo, Vera Lúcia de Jesus Manco, Marta Sofia Cunha e Silva, Maria Clara Simões Clemente, Carlos Jorge dos Santos Nora, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Artur Jorge Ribeiro Fresco, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota,

do Seixo, Tiago Daniel Castro da Cruz e D. Carla Santos, em substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos -----

----- **FALTAS** -----

----- Gabriel Miranda de Pinho, foi substituído, por Carla Santos. -----

----- Joana Mafalda, foi substituída por Edite Domingues Custódio. -----

----- Luís Alcaide, foi substituído por Mário de Jesus Manata. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** -----

----- A reunião teve início às dezoito horas, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** para explicar que a situação das atas estaria regularizada, ficando apenas três atas por elaborar, que seriam apresentadas na próxima Assembleia ordinária de abril.-----

----- **Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.**-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que, após cumprimentar todos os presentes, louvou o esforço dos funcionários que conseguiram elaborar seis atas que foram apresentadas naquela Assembleia.-----

----- Interveio o **Dr. Francisco Reigota**, que disse que, as atas estavam mais ou menos em dia porque aquela casa assim o queria, constatando o facto de que quando se queria era possível.-----

----- Questionou quem foram os responsáveis pela feitura das mesmas. -----

----- Saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal por ter solicitado perante todos que fosse feita aquela correção do atraso das atas, e saudou igualmente o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela sua atuação, que conseguiu levar a que a situação estivesse próximo do correto, visto que estavam em falta três atas.-----

----- Interveio o **Sr. Prof. Paulo Grego** que sugeriu que as atas fossem enviadas aos deputados atempadamente, pois não era aceitável receberem três atas no mesmo dia, com apenas o prazo de uma semana para a sua correção, sendo

que pelo menos duas semanas seria o prazo razoável para as ler e corrigir.-----

----- Interveio novamente o **Dr. Francisco Reigota** que questionou de quem era a autoria pela elaboração das atas.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondeu que as atas teriam sido elaboradas pela Sr. Olivia, a Sr. Joana, a Sr. Jacinta e pela Sr. Ana, sendo que uma das atas teria sido feita por uma empresa exterior.-----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

----- **Ata n.º 1** de 30/01/2019, submetida a votação foi aprovada por maioria. ---

----- **Ata n.º 2** de 28/02/2019, submetida a votação foi aprovada por unanimidade.

----- **Ata n.º 3** de 28/03/2019, submetida a votação foi aprovada por maioria. ---

----- **Ata n.º 4** de 29/04/2019, foi retirada para posterior correção. -----

----- Interveio o **Sr. Prof. Paulo Grego** alegando ter enviado correções para todas as atas e teriam sido corrigidas só aquela por algum motivo é que não tinha a correção feita. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que comunicou que a ata número quatro seria retirada para correção.-----

----- **Ata n.º 6** de 27/06/2019, submetida a votação foi aprovada por maioria. ----

----- Interveio o **Dr. Francisco Reigota (PS)** que alegou ter dúvidas pessoais quanto ao modo de agir referente a metodologia mais acertada sobre a situação das atas. Disse aparecer indicações para no prazo de cinco dias fazer as correções às suas intervenções, contudo também poderiam fazer correções a outras intervenções, quando elas não correspondiam à verdade. Não havendo um outro momento para o fazer, teria que ser feito naquele momento, naquela mesma reunião, aquando da discussão das atas.-----

----- Referiu que na página número onze na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, mesmo no fim da página, faltava a transcrição onde o mesmo admitiu ter havido problemas com o proprietário do bar de praia, do Poço da Cruz, o Sr. Norberto, em que o entendimento entre a Câmara Municipal e o Concessionário não foi possível. -----

----- Referiu ainda que na página número doze onde se lia, “*quanto ao programa da Polis disse que já se tinha procedido a algumas reparações, e o empreiteiro responsável pela sua execução, por intermédio desse programa assumiu a sua resolução*”, faltando ainda o que o Sr. Presidente disse, que tinham sido encontradas deficiências na pintura da pista e por esse motivo iriam ser todas reparadas, e que a degradação da sinalética, seria degradação do tempo, achando na sua opinião que seriam coisas relevantes, que deveriam ali constar.-

----- Na página vinte e dois, na intervenção do Sr. Presidente da Câmara dizia que, “*em relação ao passadiço e à pintura, referiu que a empresa desde logo tinha assumido as responsabilidades*”, o que estaria errado, pois o que teria sido dito foi que o empreiteiro não teria assumido as responsabilidades no passadiço, apenas tinha assumido a responsabilidade do problema da pintura das pistas. --

----- Referiu ainda que na mesma página, quando se lia “ *mais referiu que a relação entre a Câmara Municipal de Mira e o Dr. Alfredo Pinheiro Marques era uma relação institucional mas havia também uma relação pessoal entre ambos, e que não havia entre as partes qualquer tipo de problema*”, recordava-se de se ter dito que haveria uma relação institucional mas que o Dr. Alfredo Pinheiro Marques obviamente começou mal pois o Dr. Alfredo tinha intentado um processo crime contra o Dr. Raúl, sendo diferente do que estava escrito porque afinal de contas teria havido um processo. Frisou achar que seriam assuntos relevantes e não poderia deixar de os apresentar. -----

----- **Ata n.º 8** de 26/09/2019, submetida a votação foi aprovada por maioria. ---

----- **PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) -----

----- **INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA** -----

----- Interveio o **Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta da Praia de Mira**, após cumprimentar os presentes, colocou algumas questões diretamente relacionadas com a Junta de Freguesia da Praia de Mira. Começou por referir que a estrada do Lago do Mar que, apesar de ter sido feita há pouco tempo e de

já ter sido intervencionada pelos serviços do Município, se encontrava danificada e com grandes buracos. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara afirmou que a obra ainda estava na garantia e que não entendia como é que o empreiteiro ainda não tinha sido notificado. -----

----- Referiu que na rua do Canal e após o término das obras da Pólis, surgiram problemas de infiltrações que tinham provocado buracos perigosos ao longo de toda a muralha. Acentuou ainda que as intervenções pontuais que estavam a ser feitas não estavam a surtir efeito. Na mesma estrada, na rua Dr. Manuel Estrela, na curva denominada Bico das Flores, a Câmara Municipal (por se tratar de uma curva perigosa) tinha mandado colocar, há anos, uns pinos de sinalização. Os mesmos desapareceram, desconhecendo - se o seu destino. Para agravar a situação foi lá colocada gravilha entre o muro e o alcatrão que oferecia alguns problemas para os peões, pelo que seria necessário resolver o assunto. -----

----- Relativamente à lota, esclareceu que vinha a fazer referência ao estado de degradação da mesma. Questionou diretamente à Câmara Municipal qual iria ser a forma de atuação. Se, assumiria essa intervenção fazendo a manutenção do espaço, se iria declinar para outra entidade ou outro responsável sabendo que o edifício da Doca Pescas tinha um espaço utilizado pela parte pública, que deveria ser da responsabilidade da Câmara. Esclareceu ainda que, em conversa informal com alguns vereadores, lhe tinha sido dito que estava perspectivada uma candidatura. Frisou então que a ser feita iria acarretar um montante elevado para a Câmara, o que teria sido evitado se tivesse havido manutenção atempada daquele espaço. -----

----- Recordou ainda, que o barco de Arte Xávega que se encontrava na rotunda estava em estado avançado de degradação, e que se não houvesse uma intervenção célere, teria de ser retirado para abate, o que seria de lamentar porque o barco estava “fibrado” e a intervenção seria relativamente fácil. -----

----- Interveio o **Sr. Prof. Artur Fresco, Presidente da Junta de Mira**, depois de ter cumprimentado todos os presentes, deu os parabéns e manifestou o seu



agrado pela conclusão dos trabalhos na ponte pedonal Cabeço/Portomar, junto à rua do Rio.-----

----- Seguidamente, chamou a atenção para o tabuleiro da ponte entre o Arneiro e o Corticeiro de Cima. Informou que o local estava sinalizado com fitas, prova de que já alguém tinha conhecimento, mas que o local estava a oferecer perigo pois a água que corria da vala e que vinha do lado dos Carapelhos tinha aberto um buraco que estaria muito perigoso.-----

----- Questionou para quando a intervenção na barragem no Casal de S. Tomé, pois estava sem sapas, o que fazia com que a água que deveria transitar para a vala que alimentava os moinhos da Lagoa estivesse seca, apesar de se estar no inverno com chuvas abundantes, e aquela vala já estava sem pinga de água. Referiu ainda que, em virtude de ter reclamações diárias das pessoas da Lagoa, já tinha questionado os serviços da Câmara e ainda não tinha obtido respostas, deixando ali, uma vez mais o alerta.-----

----- **Findas as intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que cumprimentou todos os presentes.-----

-----Relativamente à estrada do Lago do Mar, o Sr. Presidente disse que desconhecia se a garantia já tinha sido acionada, mas se não o tinha sido iria sê-lo com toda a certeza pois já tinha tomado nota.-----

----- Em relação à muralha na Rua do Canal, tinha conhecimento do problema pois, existia uma passagem de água por baixo da estrada e que estava prevista uma intervenção pois o “Eurovelo” iria passar por lá e a CIM já tinha dado garantia para, em março, abrir concurso público. No âmbito dessa intervenção, o problema das infiltrações resolver-se-ia definitivamente, o mesmo acontecendo com a curva do Bico das Flores pois toda a estrada seria arranjada na mesma altura. Informou ainda que uma parte seria suportada pela candidatura atrás referida e a outra teria de ser solucionada de outro modo. -----

----- Referiu que em relação à lota, o Sr. Presidente disse que se estava a preparar uma intervenção de fundo bem como uma candidatura. Se o financiamento fosse conseguido a Câmara iria intervencionar nessa zona com direito a reparações abrangentes. Caso contrário, teria de ser feita uma manutenção diferente da prevista na candidatura, seria apenas uma manutenção, sem muitas reparações. E eram estas as duas opções em aberto, no momento.-----

----- Em relação ao barco, o Presidente concordou em que era urgente a sua reparação e que estavam a analisar, se iria ser concretizada internamente ou se seriam pedidos orçamentos para a execução dos trabalhos.-----

-----Respondendo ao Presidente da Junta de Mira, o Presidente informou que o Município tinha conhecimento dos problemas na ponte Arneiro /Corticeiro, que estava identificado e que teria de ser feita a reparação. -----

----No que concerne à barragem do Casal, informou que os trabalhos estavam adjudicados e segundo informações dos serviços iriam ter início na semana seguinte. Que a empresa encarregada das obras tinha informado que as peças estavam a ser feitas e que posteriormente seriam colocadas diretamente no local.-----

-----No que dizia respeito à ponte Cabeço/Portomar, esclareceu que as obras não estavam concluídas pois ainda faltavam umas guardas, mesas e bancos. Disse ainda que, ao fim de todo aquele tempo iria passar a bola ao Senhor Presidente da Junta de Mira para, em articulação com a Câmara, preparar e melhorar aqueles espaços.-----

**----- O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais -----**

----- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** fez um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara, aos técnicos e funcionários pelo trabalho desenvolvido na estação de filtragem das águas da Lagoa, obras pertinentes que há muito deveriam ter sido feitas. O deputado lamentou que não tivesse acontecido uma

ampliação.-----

----- Relatou que tinha alertado na reunião da CIM em Soure, para o problema das descargas e, dado que tinha sido aberto concurso público para a nova ETAR nas Cochadas, seria bom que não voltassem a acontecer pois, à semelhança dos outros Municípios o Concelho de Mira também vivia do turismo.-----

----- Relativo aos recursos hídricos, reforçou também o que já fora dito em relação à barragem do Casal e conseqüente regulação de caudal pois, para além da falta de água nos Moinhos da Lagoa, era urgente que a água circulasse para renovar as águas da lagoa. Quanto à barragem na Lagoa, Obra da Polis, sugeriu que havia uma parte que deveria ser vedada por motivos de segurança. -----

----- Chamou a atenção em relação aos cabos elétricos e outros para, que no futuro se acautelasse o problema dos incêndios e em novas urbanizações todas as ligações fossem subterrâneas. Elogiou a fibra ótica, mas salientou que foi um exagero e que existiam cabos a baixa altitude por todo o concelho. Informou ainda que na entrada da Ermida existia perigo iminente em cabos elétricos que não tinham poste.-----

----- Interveio o **Sr. Carlos Nora (PS)** que cumprimentou todos os presentes.----

----- Referiu que, apesar de o assunto já ter sido abordado, mas como ainda nada tinha sido feito, teria de insistir. Tratava-se do problema da ausência de estacionamento na Rua Dr. António José de Almeida que levaria a que o comércio desaparecesse. Até há pouco tempo, ainda existiam terrenos particulares onde se podia estacionar, mas estes tinham sido vedados e a única alternativa era estacionar no passeio e sujeitar-se às multas. Sugeriu que a Câmara comprasse um terreno e fizesse estacionamento subterrâneo e de superfície. -----

----- De seguida e em relação ao problema da Rua das Quartas, no Areal, deu a conhecer que já existiam assinaturas no sentido de reconhecer que a solução passava por uma rua de sentido único.-----

----- No que concerne às intervenções na lota, referiu que o assunto tinha sido

badalado nas redes sociais e que certamente iriam surgir reações, nomeadamente do Centro Cultural que também precisava de arranjos.-----

----- Interveio a **Prof. Zélia Morais (PS)**, direcionou a sua intervenção para a cobertura em péssimo estado da ponte na pista pedonal à entrada da Praia de Mira, questionando quando seria reparada.-----

----- Referiu também a falta de resposta a uma carta sua, entregue há cerca de um ano, em que pedia explicações sobre as habitações queimadas nos incêndios. Informou que, na ausência de resposta, a referida carta seria enviada para outras instâncias.-----

----- Interveio o **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)**, começou por referir a falta de estacionamento aquando da realização de eventos nos diversos locais do concelho. Não culpando as autoridades, pois estavam a desempenhar as suas funções, mas lamentando que as pessoas fossem sistematicamente multadas. Propôs que fosse elaborado um regulamento especial (durante algum tempo), onde seja permitindo estacionar excecionalmente naquele dia, durante algumas horas, salvaguardando sempre a segurança das pessoas e evitando as situações desagradáveis para quem participa nestes acontecimentos. Visto não haver alternativa perto, achou que seria uma solução haver no centro da vila, algumas zonas onde fosse permitido estacionar nas horas da realização dos mesmos. -----

----- Interveio o **Sr. Pedro Nunes (PSD)**, deu seguimento às palavras proferidas por Paulo Grego realçando que se tratava de excesso de zelo por parte das autoridades, que se excediam naqueles campos quando não o faziam em outros também muito ou mais importantes. De imediato, colocou algumas questões. A primeira foi sobre o início das intervenções no Pólo I. A segunda prendia-se com um assunto já falado, sobre o troço de estrada Poço da Cruz/Areão, o denominado Caminho Municipal quinhentos e noventa e um, para quando se iria realizar a colocação de sinalética e passadeiras elevadas, pois os camiões de grande porte (vinte, trinta, quarenta toneladas) continuavam a passar com

frequência e fazia falta sinalética e passadeiras elevadas pois a velocidade era excessiva. Reforçou ainda que, dado tratar-se de um Caminho Municipal, haveriam de fazer como se tinha feito nos concelhos vizinhos de Vagos e Ílhavo. Realçou que não era de andar sempre a bater no mesmo, mas como nada tinha sido feito gostaria de saber quais os planos para resolver a situação. -----

----- Interveio o **Sr. João Luís Pinho (PS)** que reforçou a mensagem do Sr. Presidente da Junta de Mira relativamente à questão dos recursos hídricos no nosso concelho. Frisou que a lagoa já de si com muitas lamas, precisava de água a circular com urgência pois as águas estavam completamente paradas. Que se estava a interromper o processo natural pois era aquele percurso da água pelas valas que ia fazendo alguma limpeza. -----

----- Relativamente à barragem na Lagoa, manifestou o seu agrado pelas obras que estavam a ser feitas, nomeadamente a construção de uma ponte, o embelezamento daquela área bem como a colocação de um passadiço. Equacionou o porquê de aquele não estar completo. Manifestou alguma dúvida relativamente a um caminho tradicional que sempre ali tinha existido e que fazia fronteira com a propriedade de um empresário local, solicitando às entidades competentes para acautelarem aquela situação apesar de haver outro acesso. -

----- Ainda voltando às pistas pedonais o deputado fez um alerta para o facto de as pistas da Lagoa estarem a ser usadas para campismo ilegal, com as viaturas estacionadas durante todo o fim de semana. Deviam ser colocados marcos de pedra que impedissem os veículos de circular e as forças de segurança deveriam também por ali exercer a sua autoridade.-----

----- Retomando de novo o tema dos recursos hídricos, manifestou a sua gratidão pela construção da nova ETAR e pelo avanço do Governo perante o assunto, mas lembrou que graças ao empenho do Governo da Nação, os senhores privados estavam a ver os seus problemas resolvidos pois eram esses senhores que continuavam a lançar os seus efluentes num sistema público e que a fatura seria paga por nós que recebíamos aquelas águas. Alertou ainda para o facto de

aquela ETAR ser uma medida mitigadora que não nos deixava tranquilos. -----

----- Relativamente às águas de consumo humano, o deputado não se sente melindrado com o aumento da mesma. Sendo a água um bem essencial à vida, devia ser paga por um preço justo. Em contrapartida teríamos de exigir qualidade no serviço que recebemos, um maior controlo em tudo o que eram ligações ilegais e nas tubagens antigas que ainda subsistiam. -----

----- Para terminar a sua intervenção, lamentou o falecimento do Dr. João Ataíde, personalidade que de algum modo tinha estado ligada ao assunto dos recursos hídricos de Mira e salientou a importância de uma palavra de apreço junto dos seus familiares.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** tomou a palavra e acrescentou que o Dr. João Ataíde, tinha sido um autarca e um amigo e que no problema das descargas, no pouco tempo que tinha estado no Governo, tinha sido um dos impulsionadores da solução da ETAR, deixava uma palavra de pesar pois tinha sido uma pessoa amiga que tinha partido cedo e recentemente.-----

----- Informou que iria fazer uma compilação dos assuntos abordados e que tinham sido repetidos nas diversas intervenções. Começou por explicar a situação da barragem do Casal que tinha sido adjudicada, era financiada a cem por cento pelo fundo ambiental, explicou a dificuldade que tem havido com o cumprimento dos prazos por parte da empresa, mas que julgava estar na iminência de começar.-----

----- Falou, de seguida, no assunto do estacionamento na rua Dr. António José de Almeida. Em seu entender e apesar de reconhecer as dificuldades no estacionamento, a solução não passaria pelo estacionamento subterrâneo, até porque era um investimento não suportável para o Município. Aquele assunto já tinha sido abordado, mas pensou-se que a solução passaria por estacionar com uma roda em cima do passeio e a outra na via de modo a permitir a passagem

dos peões e a deixar fluir o trânsito. Comentou ainda que havia ali um conflito de interesses, ambos legítimos. Havia pessoas a reclamar porque estavam carros estacionados no passeio e não passavam com os carrinhos de bebé e por outro lado os comerciantes apoiavam o estacionamento no passeio. -----

----- Passando ao problema da Rua das Quartas, disse que estavam atentos à situação, contudo havia moradores que não eram da opinião de uma rua com sentido único. Seria, portanto, uma questão a estudar. -----

----- No assunto da lota a intervenção não era para ser feita aos bocados. Estava-se há muito tempo a desenhar e a tentar arranjar um financiamento e não era por o assunto andar a ser badalado no Facebook. A seu tempo iria ser dado conhecimento. -----

----- Para o Centro Cultural, bem como para a cobertura na ponte pedonal, iria ser aberto procedimento para as respetivas reparações. Respondendo à deputada Zélia Morais, o Sr. Presidente esclareceu que o assunto das habitações que tinham sido destruídas pelos incêndios, era do foro público e que tudo poderia ser consultado no site da CCDR. Admitiu que poderia ter havido um lapso por parte do Executivo, mas que poderiam fazer a compilação e entregar a quem o desejasse.-----

----- Passando às questões apresentadas pelos deputados Paulo Grego e Pedro Nunes, relativamente ao envolvimento da G.N.R. nos eventos locais, manifestou a sua concordância e passou a fazer o ponto da situação, esclarecendo que existiam dois patamares. Sempre que os eventos eram propostos pelas Associações, a Câmara tinha de reunir com a G.N.R. e arranjar uma solução que passava pelo pedido de licenciamento em que a Associação envolvida deveria fazer um pedido que obtivesse parecer favorável da GNR e que permitiria o tal estacionamento em cima do passeio (duas rodas no passeio e duas rodas na estrada) e que deveriam contemplar algumas alternativas. Esclareceu ainda que, no Centro da Vila, a alternativa era o local onde se fazia a feira, criando assim uma bolsa de estacionamento para os participantes. Reforçou ainda que teria de

haver sempre o parecer positivo das forças de segurança e muito bom senso por parte de todas as partes envolvidas. Na próxima Assembleia Municipal, iriam ser dadas notas das diligências que iriam tomar em conjunto com a G.N.R. Quando os eventos eram do Município como por exemplo as Marchas ou as festas de S. Tomé, o problema também se tinha posto, mas como seria a Câmara que faria o licenciamento também faria a articulação com a G.N.R.-----

----- Em relação ao Pólo I, o Sr. Presidente informou que as pavimentações estavam adjudicadas, tinham visto do Tribunal de Contas sem qualquer reparo/recomendação, que teriam de ser consignadas até dia quatro de março e que teriam início em breve. -----

----- Em relação à estrada da Barra, esclareceu que tinha em mãos uma informação dos serviços e que iriam estudar e que iriam também pedir esclarecimentos à Junta de Freguesia da Praia bem como à Câmara de Vagos no sentido de proibir a circulação de veículos pesados naquela estrada, porque nas últimas semanas tinha sido intenso. Elucidou ainda que, desde que tinha sido feita a reparação da estrada Poço da Cruz/ Seixo, os camiões tinham aumentado naquele troço. Além disso, havia informação de que a tonelagem permitida nessa via era de sete toneladas e meia exceto moradores, cargas e descargas. Sendo articulado com Vagos, teriam de transitar pela estrada nacional, à falta de alternativa. Seria, portanto, uma situação a estudar e a levar a Reunião de Câmara, seriam colocados sinais de proibição de trânsito a pesados. Para travar a velocidade, estaria para ser lançado procedimento de quatro passadeiras elevadas e, posteriormente, pinturas da estrada. Mais informou o Sr. Presidente que já tinha estado no local com o Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira e com a população, em maio ou junho passados para discutir aquelas medidas e outras. Tinham sido abordados também os passeios, mas estes ficariam para mais tarde. -----

----- De seguida, em relação à questão do passadiço da Lagoa o Senhor. Presidente entendeu por bem esclarecer duas coisas. Primeiro, referiu que as



obas não estavam terminadas pois faltava fazer a ligação à estrada e à outra pista que ia dar à ponte. Depois, elucidou a situação do caminho que lá se encontrava e que iria ligar-se ao passadiço, daí a abertura existente. O referido caminho estava reconhecido como público. Faltava ainda colocar tout-venant e passar o cilindro até à estrada.-----

----- Quanto ao assunto da ocupação das pistas na Lagoa com turismo selvagem, o Presidente concordou com a intervenção da G.N.R. pois teria de ser acautelada a segurança das pessoas que circulavam na pista e também preservado o grande investimento que tinha sido feito para manter aquelas vias que não eram para a circulação de carros.-----

----- Relativamente ao assunto ETAR, o Sr. Presidente referiu que já tinham acontecido encontros com representantes de alguns grupos parlamentares, o concurso público tinha sido aberto e estimava que os prazos fossem cumpridos. Esclareceu ainda que tinham reunido com a Sra. Secretária de Estado bem como com as pastas envolvidas no sentido de arranjam medidas que fossem mitigadoras até à construção da ETAR, nomeadamente no controle, horários e tipo de descargas, quais seriam as indústrias e como o fariam. Enfatizou que, estas eram as medidas que tinham vindo a ser trabalhadas com todos os envolvidos naquelas matérias. -----

----- Voltando-se para o tema das águas, esclareceu que a ABMG, estava a fazer investimentos imediatos na ordem dos cem mil euros. Iriam acontecer duas intervenções na Lagoa e na Presa, e o concurso público de cerca de um milhão e trezentos mil euros, teria de ser lançado, obrigatoriamente, no prazo de seis meses. Destinava-se à ampliação/recuperação da ETA da Lagoa. Muito provavelmente no dia onze de março iriam ser assinados os contratos/programa com a gestora do programa e os prazos seriam muito curtos para lançar os procedimentos. Mesmo assim já tinham sido lançados, na anterior administração, mais de quarenta mil euros para a melhoria da água e os investimentos estavam a acontecer no terreno. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais** -----

----- Interveio o **Dr. Francisco Reigota (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Praia de Mira, voltou a intervir pois não tinha ficado esclarecido relativamente ao assunto da lota. Persistiam as dúvidas acerca de quem teria a responsabilidade, se o Município iria intervir em tudo ou em uma das partes. ----

----- Pediu ainda que o Sr. Presidente o elucidasse em relação aos alcatroamentos de um milhão e quinhentos mil euros que estavam previstos para a sua freguesia e questionou quais é que iriam ser feitos a médio, curto prazo, pois só tinha conhecimento do estacionamento junto ao cemitério. -----

----- Também solicitou que fosse retirada ou substituída a grua que estava junto à lota, que pertenceria à Universidade de Aveiro para monitorização da costa, pois, apresentava mau aspeto e um elevado grau de degradação por ferrugens.

----- Finalizou a sua intervenção lançando uma crítica à forma como o Presidente da Câmara respondia às questões que lhe eram postas, respondendo de forma vaga com um «vai-se estudar ou vai-se ver».-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que respondeu que se ia estudando e se ia fazendo alguma coisa como de facto se tinha feito. Disse então que iria aparecer feita a estrada Portomar à Rotunda da Praia, incluindo o bocado em frente ao cemitério. De imediato iriam ser alcatroadas a rua Raul Brandão, a rua Elísio de Moura e a Rua Furriel Costa.-----

----- Tentou de novo esclarecer o assunto lota dizendo que o protocolo que lhes tinha sido deixado era de difícil interpretação em relação à responsabilidade de intervenção. Que poderiam discutir se a intervenção na lota era da competência da Câmara ou do Governo, o mesmo acontecendo com o protocolo com o Centro de Saúde ou com a rotunda do Matadouro. Poderiam discutir ou estudar e arranjar soluções. Foi assim que, para a Rotunda do Matadouro já estava feito o projeto, para o Centro de Saúde estava em fase de execução e para a lota e armazéns estava a ser elaborado um processo que contemplava um plano A e

um plano B. No plano A, que se considerava mais abrangente, o investimento era financiado a cem por cento e daria aso a uma intervenção mais profunda, se fosse aprovado. O plano B seria uma intervenção mais ligeira. O Sr. Presidente referiu ainda que poderiam atribuir a responsabilidade a outras pessoas, mas como não gostavam de ver a lota do jeito que estava, tinha-se decidido partir para uma solução.-----

---- Inteveio o **Sr. Carlos Nora (PS)** deixou uma sugestão para que aquando das alterações no PDM, se deveria ter em atenção a Rua Gonçalo Tavares (Areal-Matadouro), permitindo a passagem dos terrenos de pinhal a urbanos, dado que os pinhais tinham ardido e era uma boa zona para expandir a Vila. Acrescentou ainda que não tinha qualquer terreno nessa zona.-----

----- Inteveio **O Sr. Presidente da Câmara** que respondeu que, em sede de revisão do PDM aquele assunto poderia ser discutido.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA( Art.º 53º do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro) :** -----

----- **Ponto um: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

----- Inteveio o **SR. Carlos Nora (PS)**, iniciou a sua intervenção referindo uma situação pontual nos processos judiciais pendentes, situado na página onze. Quis saber se se tratava de um processo que remontava ao tempo do Dr. João Reigota, do Dr. João Rocha, do engenheiro Carlos Rua e da Dra. Carla Rumor, que tinham votado contra a instalação de um supermercado junto da rotunda junto à Matilde Soares e ao que ele julgava saber os herdeiros do antigo Presidente da Câmara, o falecido Dr. Mário Maduro nomeadamente o Dr. Miguel Poiães Maduro tinham colocado a Câmara em tribunal. Questionou ainda se a Câmara tinha ganho o processo e se tinha havido lugar ao pagamento de alguma

indemnização.-----

----- Interveio o **Prof. Paulo Grego (PS)** dizendo que não tinha nada a registar em relação aos relatórios e que quanto às taxas e à execução e mesmo até aos compromissos por pagar antecipava as respostas, por isso não valeria a pena perguntar. Contudo, tinha uma nota a fazer e deixava um conselho à secção de Contabilidade, Património e Aprovisionamento para que fizessem como nas outras secções e não fizessem referência no texto ao número das figuras, pois não tinham conseguido acertar uma. Em várias páginas as figuras estavam mal legendadas.-----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomado conhecimento -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que admitiu os erros e pediu desculpa pelos mesmos.-----

----- **PONTO DOIS – Aprovação da 1ª revisão orçamental das GOP's – Ano 2020, nos termos preconizados da alínea a) do nº. 1 do artº. 25º. do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.**-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** e em relação ao documento referente à primeira revisão orçamental, explicou que esta rubrica se prendia com o Orçamento Geral do Estado e com uma regra que tinha vindo do ano dois mil e treze e que só agora tinha vindo a ser aplicada. A referida regra, através do Orçamento Geral do Estado, previa a atribuição aos Municípios de sete e meio por cento do IVA, proveniente do alojamento, da restauração e das comunicações. Tinha sido feito um cálculo e Mira tinha sido contemplada com cem mil e quatrocentos euros. Como o orçamento do Município tinha sido aprovado muito antes do orçamento do Estado, foi necessário incorporar esta rubrica para poder absorver este montante que iria continuar no próximo ano. Esclareceu ainda que o dinheiro foi distribuído por duas ou três rubricas entre as quais as Águas do Centro Litoral, que era a maior com cerca de cinquenta mil euros e também para as expropriações.-----

----- **VOTAÇÃO.**-----

----- Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi aprovado por maioria com oito votos contra do PS e os restantes a favor do MAR e PSD. -----

----- **PONTO TRÊS – 4ª. Alteração ao Regulamento de organização dos Serviços Municipais do Município de Mira e 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020- D.I. nº 305/2009 de 23 de outubro na atual redação.**-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** no que diz respeito à transferência de competências na Educação e na Saúde, o Sr. Presidente da Câmara falou que a alteração passava por dois pontos essenciais. Criação de duas Unidades dentro da divisão da Cultura e Desporto e pela criação de vagas de postos de trabalho. Informou ainda que tinha tido conhecimento, através dos meios de comunicação social que a transferência de Competências, quer na Saúde quer na Educação só se iria concretizar em dois mil e vinte e dois, depois das eleições autárquicas. Referiu que já estavam no processo para receber funcionários, nomeadamente os do Centro de Saúde, que eram cinco, e do Agrupamento de Escolas trinta e seis ou trinta e sete. O mapa do pessoal estaria a ser adaptado a essa circunstância.-----

----- Interveio o **Dr. Francisco Reigota (PS)**, que equacionou se não se poderia precaver a alteração e a revisão do organograma da Câmara Municipal. Referiu que nas últimas reuniões da Assembleia já tinham estado para aprovação a criação de outras unidades nomeadamente de contabilidade. O Sr. Presidente da Câmara apresentava mais duas e apesar de não estar contra a sua criação, pensava que tudo estava a ser feito às pinguinhas. Sugeriu que se analisasse o todo e se pensasse no que o Município necessitava para os próximos anos e criar tudo de uma vez. Exemplificou que a Divisão onde estavam a ser criadas as duas novas unidades, também continham a Educação e estava-se a esquecer de prever alguma coisa sobre educação. Em seu entender seria mais profícuo antecipar algumas situações e pesar muito bem quais seriam as Divisões a

manter e quais as que poderiam ser repensadas, bem como as novas Unidades a criar olhando para todo o organograma. Reforçou que apesar de não ser contra, tudo pecava por ser pouco.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que acordou que tudo seria uma questão de estratégia, mas a questão do mapa do pessoal e do organograma da Câmara estavam bem organizados há muitos anos, apesar de necessitarem de serem limadas algumas arestas. De seguida explicou que as duas principais competências que iriam absorver (Educação e Saúde), seriam colocadas na mesma Divisão da Educação, Cultura e Desporto (DECD) que já por si era uma Divisão grande. Se absorvesse a Educação e a Saúde ainda se tornaria maior. Pensou-se então, na sua descentralização e, foi nesta perspetiva que se tinham criado as duas novas unidades.-----

----- **VOTAÇÃO.**-----

----- Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi aprovado por maioria com oito abstenções do PS e restantes votos a favos do MAR e PSD. -----

----- **PONTO QUATRO – Apreciação e votação, nos termos do art.º 25.º, do Anexo I, da ei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do Projeto de Regulamento do Código de Conduta** -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que explicou o teor do documento tirado da Lei número cinquenta e oito de dois mil e dezanove, a que se referia o ponto número quatro da ordem de trabalhos. O documento em questão teria de ser discutido publicamente, aprovado pela Assembleia e aplicado posteriormente. Tratava-se de um Código de Conduta, que regulava toda a atividade de conduta dos eleitos, existindo uma comissão para elaborar essa regulamentação. O Sr. Presidente deu ainda a conhecer que se trata de uma Lei recente e que se destinava a entidades públicas eleitas.-----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi aprovado por unanimidade.-----

----- **PONTO CINCO– Aprovação nos termos da alínea k), do nº , artº. 25.º, do Anexo I, da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação das competências dos Municípios enquanto autoridades de transportes, a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM- RC). -----**

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, deu conhecimento do Protocolo/Acordo de financiamento de Atividades exercido ao abrigo dos contratos em termos administrativos de competências nas atividades de transporte. De forma resumida o Sr. Presidente explicou que como a autoridade de transportes era a CIM, com aquele protocolo a Câmara estava a delegar competências que eram suas de modo que aquele organismo fizesse a gestão integrada dos transportes desde a bilhética até à definição de rotas.-----

----- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** deixou um alerta em relação aquele assunto dado que, em sua opinião era um assunto pertinente no concelho de Mira, principalmente, o transporte de alunos. Aconselhou a que aquando da revisão desta situação com a CIM se tivesse em conta as carreiras regulares e as carreiras sazonais, evitando assim a saída de alunos do concelho.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu ao deputado dizendo que ele tinha conhecimento de como este assunto tinha sido discutido porque tinha estado presente nas reuniões intermunicipais. Disse que considerava que situação seria benéfica para o Município de Mira e que deveríamos estar atentos ao que se ia fazendo nos grandes centros metropolitanos com os passes sociais e que seria bom tentar incrementá-los. Considerava que o que estava a ser feito era um caminho complicado, mas era urgente criar condições para o uso dos transportes públicos, também por uma redução do carbono e pegada ecológica. -----

----- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** referindo que o Município de Mira devia estar atento a dois projetos piloto que foram apresentados em reunião da CIM e que estavam a ser experienciados em Góis e Pampilhosa da Serra e ainda

na proposta de um cartão único a nível de transportes entre Figueira e Mira.-----

----- **VOTAÇÃO.**-----

----- Submetido a votação o ponto cinco da ordem do dia foi aprovado por maioria com oito abstenções do PS e restantes votos a favor do MAR e PSD. -

----- **PONTO SEIS– Emissão da Declaração de Interesse Público Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artº. 23º., e alínea k, do nº. 2, do art.º., do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atividade desenvolvida e projeto de requalificação dos balneários pela Comissão de Melhoramentos da Praia de Mira – Grupo Desportivo da Praia de Mira Touring 1970.** -----

----- **VOTAÇÃO.**-----

----- Submetido a votação o ponto seis da ordem do dia foi aprovado por unanimidade.-----

----- **PONTO SETE– Emissão da Declaração de Interesse Público Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artº. 23º., e alínea k, do nº. 2, do art.º., do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atividade desenvolvida e projeto de remodelação das infraestruturas desportivas pela Federação Portuguesa de Columbofilia .** -----

----- **VOTAÇÃO.**-----

----- Submetido a votação o ponto sete da ordem do dia foi aprovado por unanimidade.-----

-----**PONTO OITO– Emissão da Declaração de Interesse Público Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artº. 23º., e alínea k, do nº. 2, do art.º., do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atividade desenvolvida e projeto de remodelação das infraestruturas desportivas pelo Clube Domus Nostra .** -----

----- **VOTAÇÃO.**-----

----- Submetido a votação o ponto oito da ordem do dia foi aprovado por unanimidade.-----



----- **PONTO NOVE– Emissão da Declaração de Interesse Público Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artº. 23º., e alínea k, do nº. 2, do art.º., do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atividade desenvolvida e projeto de remodelação das infraestruturas desportivas pela Associação Cultural e Recreativa do Seixo de Mira .** -----

----- Sintetizando os pontos seis, sete, oito e nove, o **Sr. Presidente da Câmara** falou sobre as Candidaturas abertas pela Secretaria de Estado do Desporto e Juventude. Informou que, vários clubes (GDPM Touring 1970, Columbofilia, Domus Nostra e Associação Cultural e Recreativa do Seixo), tinham demonstrado interesse em apresentar candidatura, precisando para o efeito de uma declaração de interesse municipal que lhes foi passada por ter sido considerado que tinham um papel relevante na sociedade mirenses.-----

----- **VOTAÇÃO.**-----

----- Submetido a votação o ponto nove da ordem do dia foi aprovado por unanimidade.-----

---- **PONTO DEZ– Tomada de conhecimento, nos termos da alínea c, do n.º 2, do art.º 15.º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, das Declarações de Compromissos Plurianuais, pagamentos em atraso e Recebimentos em atraso – ano de 2019 .**-----

----- **VOTAÇÃO.** -----

----- Tomado conhecimento. -----

-----**PONTO ONZE– Minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Mira e a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P, com vista à realização de obras de remodelação do Centro de Saúde de Mira – Tomada de conhecimento.** -----

----- Relativamente ao protocolo de cooperação com o Centro de Saúde, o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a ARS iria fazer alguns projetos e especialidades e a Câmara também. Referiu que em maio/junho aconteceriam novamente negociações dos fundos de coesão da região CIM e, certamente

quem tivesse conseguido mais maturidade conseguiria ir a essas verbas. Informou que já estava mapeada a necessidade de intervenção e que iriam avançar para a execução do projeto. Esclareceu que o Município iria de imediato suportar algumas das especialidades que teriam de ser contratadas, nomeadamente, a eletricidade. O projeto em suporte digital já tinha sido elaborado pelos técnicos da Câmara em conjunto com a ARS. O Presidente fez saber que a parte mais importante era a cláusula financeira em que o Município assumia o compromisso de pagamento dos quinze por cento, caso o financiamento comunitário fosse aprovado.-----

----- Interveio o **Sr. Américo Páscoa** apelou para que, mesmo sem transferência de competências, fossem objeto de alguma reparação as instalações sanitárias no Centro de Saúde pois, não ofereciam segurança às pessoas com mobilidade reduzida.-----

----- **VOTAÇÃO.** -----

----- Tomado conhecimento. -----

----- **PONTO DOZE– Cemitério de Mira – Proposta de Ampliação – Grupo Trabalho – Tomada de conhecimento** .-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** anunciou que o Dr. Ângelo iria fazer passar uma apresentação/proposta sobre o alargamento do cemitério em Mira, mas que teria duas ou três notas a deixar. Referiu que se tinham comprometido a trazer o assunto a discussão bem como a reunir com a comissão que tinha sido nomeada pela Assembleia para discutir eventuais propostas e que o que iriam ver seria apenas uma proposta. Informou que já a tinham levado a reunião de Câmara e que, por unanimidade, tinha sido dado o aval a essa solução.-----

-----Após a visualização da apresentação, o **Sr. Presidente da Câmara** justificou a proposta apresentada pelo facto de os terrenos serem propriedade do Município não havendo, portanto, a necessidade de adquirir outros, salvaguardando a possibilidade de entrar em entendimento também com alguns particulares no sentido de complementar este alargamento. Neste processo o

primeiro passo seria o consentimento da CCDR. Tendo essa concordância, seria também feita uma bolsa de estacionamento, um arruamento pelas traseiras dos autocarros e um arranjo urbanístico de toda esta zona.-----

----- O deputado **Carlos Nora (PS)** tomou a palavra para demonstrar em como este assunto é delicado para todos, mas que apenas tinha visto uma proposta que estava mais ou menos consumada. Disse que compreendia a urgência da resolução porque o espaço disponível era pouco e que a Câmara deveria ter antecipado aquela situação de modo a terem sido apresentadas outras propostas. Reforçou a ideia de que entendia a urgência, mas em seu entender a expansão do centro da Vila ficaria envolvida com o cemitério e que não se estava a ter uma visão de futuro, estava a protelar-se problema por vinte ou vinte e cinco anos. Em sua opinião o centro da vila deveria ser para outras coisas, devia começar a pensar-se numa situação a médio /longo prazo com um novo cemitério a norte do concelho em Portomar /Cabeço ou na zona do antigo matadouro.-----

----- Interveio o **Dr. Francisco Reigota**, começou por dizer que depois de ouvir o Presidente da Câmara teria de colocar obrigatoriamente algumas questões. A primeira era de ordem política na decisão e de opinião de alguns que foram citados, nomeadamente a dos vereadores da bancada do P.S.na reunião de Câmara. O Presidente da Junta afirmou que tinha conversado com ambos e que sabia a sua opinião, que nenhum dos dois era contra uma solução célere para uma situação de emergência em que não existiam condições para enterrar muito mais gente, mas que isso não significava que tivessem concordado com a solução apresentada. Frisou que o que eles tinham dito é que a Câmara não tinha tido outra solução. Seria diferente de afirmar que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade. O Presidente da Junta prosseguiu dizendo que era uma situação de emergência e já devia ter sido acautelada há muito tempo, e avançou que a Câmara deveria estar a mostrar aos deputados quais os terrenos que tinham na freguesia de Mira e que estariam eventualmente disponíveis para

esta situação. Concordou com o deputado Carlos Nora relativamente à evolução do Centro da Vila e que não se poderia regredir às decisões tomadas em trinta e três, setenta e cinco ou noventa. Poder-se-ia, contudo, tomar uma decisão consciente em dois mil e vinte de modo que, aquando de futuros aumentos do cemitério a decisão atual fosse pesar. A não ser que todos assumissem um cemitério gigantesco naquela zona, não se poderia de modo nenhum dizer que a única decisão atual eram os quatro mil metros públicos mais os mil metros privados. O Presidente da Junta achou por bem que todos tivessem conhecimento da área disponível (pública e privada) por ocupar, em toda a envolvente para se entender o que poderia haver em termos de futuro. Também em relação aos setores apresentados apenas se podia observar a área relativa ao setor quatro, desconhecendo-se a área dos outros, não tinham sido indicadas as medidas a considerar para os covatos, os espaços entre sepulturas, o espaço dos passeios e das zonas comuns. Em sua opinião, gostaria de ver outra proposta apesar de não ir contra a existente por reconhecer que era uma situação de emergência. Sugeriu que, a norte do Concelho, a população é grande e que a haver aí terrenos públicos, seria uma solução a construção de um novo cemitério. Mesmo na envolvente de Mira, existiam outros locais públicos que serviriam este propósito a exemplo dos terrenos por detrás do futuro auditório ou na envolvente do matadouro e da incubadora. Terminou a sua intervenção dizendo que, possivelmente os serviços técnicos já teriam feito a análise desta problemática tornando-se desnecessária a discussão e que o assunto deveria ter sido apresentado de modo mais abrangente.-----

----- Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Assembleia** para informar que o assunto nem era para ser votado, tratava-se apenas de uma tomada de conhecimento e pensava que não seria uma proposta só, seria tentar arranjar a melhor solução. Terminou dizendo que, se se perguntasse diretamente à população se queriam o cemitério onde se encontrava, arriscaria a dizer que noventa por cento o queria onde estava.-----

----- Interveio o **Sr. Américo Páscoa(MAR)**, confirmou a sua presença na reunião da referida comissão e informou que tinham existido outras sugestões, uma delas na zona da Escola Secundária por detrás do Auditório. Nessa reunião tinha manifestado a sua discordância por achar que era uma zona de lazer e também concordou que era um assunto demasiado sensível no que tocava à descentralização. Além disso, os recursos financeiros necessários eram quase todos da área camarária.-----

----- Interveio o **Sr. Prof Artur Fresco(PSD)**, pronunciou-se dizendo que algumas coisas que já tinham sido iam ao encontro do que pensava, mas que gostaria de reforçar a sua opinião acerca do assunto em debate. Esclareceu que também tinha estado presente na reunião daquela comissão e que de facto tinha surgido a proposta de construção de um novo cemitério. Concordava que a norte do concelho seria uma boa opção, mas que quem tinha familiares no cemitério de Mira queria certamente ir para junto deles e que a transladação de corpos era sempre difícil pois mexia com religião e crenças e que o alargamento previsto na proposta talvez fosse a mais viável e a mais económica também, apesar de reconhecer que não existem soluções perfeitas. Chamou ainda a atenção para o que se passava nas cidades onde os cemitérios estavam envolvidos por aglomerados populacionais, pesasse embora serem espaços diferentes por serem ajardinados. De seguida, discordou do que foi dito em relação ao hiato do tempo, pois em sua opinião aquela era uma solução a longo prazo. Acreditava que num período de dez/quinze anos, haveria muitas pessoas a optarem pela cremação o que faria com que a ocupação dos espaços fosse diferente da atual. Terminou a sua intervenção deixando uma sugestão ao plano que tinha sido apresentado relativamente à entrada junto à G.N.R. e pedindo que fosse repensada pois as instalações sanitárias e casa de arrumos existentes ficariam a grande distância.-----

----- Interveio o **Prof. Paulo Grego(PS)**, que também esteve presente na reunião da comissão pronunciou-se começando por deixar uma nota no sentido de que

não havia forma de voltar atrás e de emendar o erro que tinha sido deixar-se chegar a esta situação. Em sua opinião, a situação era demasiadamente sensível e a proposta que tinha saído da comissão estaria longe de ser definitiva. Contudo, e falando apenas em seu nome pessoal pois a sua opinião não era igual à dos seus colegas de bancada, referiu que o que se fez na comissão tinha sido evitar que se estragassem duas zonas que estariam sempre urbanisticamente ligadas ao cemitério pois não teria passado pela cabeça de ninguém tirar o cemitério do lugar onde estava. Frisou que deveria ficar bem claro que a proposta seria sempre e unicamente da responsabilidade da Câmara e que as comissões eram uma forma de todos poderem contribuir com algumas ideias para o resultado final. Paulo Grego terminou a sua intervenção afirmando que mesmo que aquele assunto não fosse uma urgência ele continuaria a pensar que era uma boa solução.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** tomou de novo a palavra, começando por clarificar a situação em relação aos vereadores do P.S. na reunião de Câmara. Disse que não queria pôr palavras na boca de ninguém, que a questão tinha sido amplamente discutida e que não tinham ficado com aquela percepção referida pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia, mas que poderiam ter percebido mal. De seguida, teceu algumas considerações relativamente ao assunto em debate. Aquele documento era apenas um estudo de implantação e que quando se passasse ao projeto de execução se passariam aos detalhes. Tratava-se de um esboço e que como o assunto já tinha sido abordado várias vezes na Assembleia tinha surgido a comissão e o debate de modo a que cada um pudesse exprimir as suas opiniões. Explicou que na reunião da comissão tinham começado por falar na proposta da zona do antigo mercado porque para mais longe ainda seria mais difícil. Um segundo argumento invocado para a presente proposta tinha sido o facto de o terreno ocupado pelos armazéns estar já fechado e na envolvência do cemitério além da vantagem de ser um terreno municipal. Reforçou que assumiriam a responsabilidade da decisão, e que só

quiseram partilhar e discutir pois o assunto nem era da competência da Assembleia. Concluiu que iriam avançar com o processo, mas que continuariam a escutar as opiniões das pessoas porque sabia que não existiam soluções ideais nestas como noutras matérias, haveria as possíveis e pensava que aquela era uma boa solução.-----

----- Interveio o **Sr. Carlos Nora(PS)** questionou o Sr. Presidente, já que havia uma tendência para recorrer ao crematório, se haveria algum local para as cinzas pois tinha conhecimento de um cemitério em Coimbra com local específico para os potes das cinzas.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** voltou a repetir que no projeto de execução haveria espaço para um ossário, possivelmente para crematório, tendo em atenção o custo que isso acarretaria. Acrescentou que ainda não se tinha passado ao pormenor nem ao detalhe, que o esboço iria ser enviado para a CCDR e que se o parecer fosse favorável se iniciaria o projeto com todos os detalhes.-----

----- Interveio o **Dr. Francisco Reigota(PS)** que questionou, se a Câmara já tinha feito contas ao que estava a desperdiçar, porque já tinha sido equacionada uma avenida naquela zona que iria beneficiar os terrenos municipais.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que os terrenos Junta e assim iria continuar pois futuramente poderia aí ser feito rés do chão mais três. Referiu ainda que uma das hipóteses seria fazer nesse local um estacionamento e arranjo urbanístico e que aquela tinha sido a proposta que tinha ido ganhando mais viabilidade, que ainda não tinha sido feito qualquer estudo financeiro pois não era aconselhável sem a vistoria.-----

----- **VOTAÇÃO.** -----

----- Tomado conhecimento. -----

----- **PONTO TREZE– Minuta de acordo de gestão a celebrar entre o Município de Mira e Infraestruturas de Portugal, S.A., com vista à execução de rotunda ao km 1+430 da EN234, na freguesia e concelho de Mira –**

**Tomada de conhecimento** .....

**----- VOTAÇÃO.** .....

----- Tomado conhecimento. ....

**-----PONTO CATORZE– Minuta de acordo de gestão a celebrar entre os Municípios de Mira e Infraestruturas de Portugal, S.A., com vista à integração paisagista da Rotunda na EN234 ao km 1+430, na freguesia e concelho de Mira – Tomada de conhecimento.** .....

**----- VOTAÇÃO.** .....

----- Tomado conhecimento. ....

**----- PONTO QUINZE– Minuta de acordo de gestão a celebrar entre os Municípios de Mira e Infraestruturas de Portugal, S.A., com vista à iluminação pública na Rotunda na EN234 ao km 1+430, na freguesia e concelho de Mira – Tomada de conhecimento.** .....

----- O Sr. **Presidente da Câmara** passou então a informar que, depois de um longo caminho percorrido, tinham chegado a um entendimento com as Infraestruturas de Portugal e que estava previsto um plano de investimento nacional. Assim e para evitar mais demoras ficou estabelecido que aquele organismo assumiria setenta e cinco por cento e a Câmara assumiria vinte e cinco por cento bem como a elaboração do projeto e o lançamento da candidatura. Declarou que aquela tinha sido a forma de antecipar o que teria levado mais sete ou oito anos. ....

**----- VOTAÇÃO.** .....

----- Tomado conhecimento. ....

**---PONTO DEZASSEIS– Participação dos Municípios nos impostos do Estado em 2020 – Retenções ao processamento dos duodécimos de 2020, no âmbito do D.I. nº 57/2019, de 30 de abril – Tomada de conhecimento.** .....

**----- VOTAÇÃO.** .....

----- Tomado conhecimento. ....



----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou então por dizer que na última reunião da Assembleia tinha surgido uma discussão sobre as transferências para as Juntas de Freguesia e que informava que estavam concluídas para as freguesias de Mira e do Seixo as competências que tinham sido aprovadas em Assembleia.-

----- Interveio o **Sr. Prof Artur Fresco(PSD)** que esclareceu que as duas únicas freguesias que tinham assumido a transferência de competências em quatro alíneas possíveis das treze propostas, tinham comunicado dentro do tempo exigido para o efeito. O auto tinha sido enviado para a DGAL e em fevereiro tinham recebido o que era devido com retroativos a janeiro. -----

-----Terminada a ordem de trabalhos da presente sessão, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu o dia 30 de abril pelas dezoito horas a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e trinta e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

---

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

---

(Nélson Miranda Cadete, Prof.)